



ESTADO DE SERGIPE  
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

**ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA  
43ª LEGISLATURA**

**DENOMINADA GENIVALDO DE JESUS SANTOS**

**26 DE NOVEMBRO DE 2024**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU  
**APROVADA**

EM 27 / 11 / 2024

Ricardo Vasconcelos Silva  
Presidente

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, às nove horas e quinze minutos, o Senhor Presidente Vereador Eduardo Lima (REPUBLICANOS) declarou aberta a Sessão, com o Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB) ocupando a Primeira e a Segunda Secretarias. Presentes na abertura da Sessão os Senhores Vereadores: Adriano Taxista (PODEMOS), Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL), Camilo Daniel (PT), Eduardo Lima (REPUBLICANOS), Elber Batalha Filho (PSB), José Ailton Nascimento (Paquito de Todos, PODEMOS), Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), Professora Sônia Meire (PSOL) e Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB). No decorrer da Sessão foi registrada a presença dos Vereadores: José Américo dos Santos Silva (Bigode do Santa Maria, PSD), Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS), Breno Garibalde (REDE), Cícero do Santa Maria (PODEMOS), Doutor Manuel Marcos (PSD), Emília Corrêa (PL), Isac (UNIÃO BRASIL), Joaquim da Janelinha (PDT), Professor Bittencourt (PDT), Ricardo Marques (CIDADANIA), Ricardo Vasconcelos (PSD), Sheyla Galba (UNIÃO BRASIL) e Alexsandro da Conceição (Soneca, PSD) (vinte e dois). Ausentes os Vereadores: Vinícius Porto (PDT), com justificativa, e Fabiano Oliveira (PP), licenciado (dois). Na forma do art. 104, §1º do Regimento desta Casa, o Projeto de Decreto Legislativo número 109/2024, de autoria da Mesa Diretora, submetido à aprovação, foi aprovado em votação única. **EXPEDIENTE:** Lida a Ata da Nonagésima Nona Sessão Ordinária, que foi aprovada sem restrições. *Constam do Expediente* o Projeto de Lei número 303/2024, de autoria do Poder Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Aracaju para o exercício de 2025 e dá providências correlatas. Projeto de Decreto Legislativo número 107/2024, de autoria da Vereadora Emília Corrêa (PL), concede o título de cidadania aracajuana à senhora Hermosa Maria

Soares França e dá outras providências. Requerimento número 392/2024, de autoria do Vereador Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL). Indicações números 1025/2024 e 1039/2024, de autoria do Vereador Anderson de Tuca (PDT); 1035/2024, de autoria da Vereadora Emília Corrêa (PL); 1037/2024 e 1038/2024, de autoria do Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB). Pela ordem, a Vereadora Professora Sônia Meire (PSOL) pediu que a sessão de hoje seja denominada Genivaldo de Jesus Santos em homenagem póstuma a este cidadão que foi assassinado por policiais rodoviários. Falou na tribuna livre o senhor José Airton dos Santos, delegado estadual da Frennatáxi e Presidente do Conselho de Segurança dos Bairros América e Novo Paraíso (CONSEB), disse que a ausência de polícia comunitária em diversos bairros em Aracaju, juntamente com a falta de contingente da polícia militar na região, dificulta a proteção da população. Declarou que o atual comandante-geral havia indicado que melhoraria a estrutura da polícia comunitária, mas até o momento isso não foi feito. Pediu ao governador Fábio Mitidieri a feitura de um remanejamento capaz de resolver esse problema. Externou sua confiança de que, quando os policiais atuam de forma constante em uma comunidade, conhecem os moradores do local, o que permite um procedimento mais comedido, quase sem uso da força. Afirmou que a falta de segurança pode provocar problemas de saúde psicológica na população, elevando a procura pelos serviços de saúde. Foi interpelado pelos Vereadores Professora Sônia Meire (PSOL), Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB), Sheyla Galba (UNIÃO BRASIL) e Elber Batalha Filho (PSB). ***Inscritos no Pequeno Expediente***, usaram da palavra os Vereadores: Camilo Daniel (PT) lembrou que no dia vinte cinco de maio de dois mil e vinte dois, o cidadão Genivaldo Santos foi assassinado por asfixia por três policiais rodoviários. Destacou a relevância de recordar tais acontecimentos para discutir o problema da violência policial, que afeta muitos jovens da periferia no Brasil. Disse que temos como tarefa observar e repudiar esses casos para que eles nunca mais aconteçam e defendeu uma polícia com atuação mais humana. O Vereador Cícero do Santa Maria (PODEMOS) solicitou aos Vereadores que destinem emendas parlamentares para o Lar de Zizi, pois essa instituição esteve perto de encerrar suas atividades. Fez pedido para que o governador de Sergipe e o prefeito de Aracaju olhem com mais zelo para a Campanha do Novembro Azul e não deixem que seja apenas um evento isolado. Disse que, recentemente, fez uma biópsia para investigar uma

suspeita de câncer de próstata e gastou mil e quinhentos reais com esse procedimento, que em São Paulo custa apenas quinhentos reais. Informou que o serviço de saúde pública em Sergipe não fornece essa biópsia, tornando a realização desse exame muito difícil para os cidadãos mais pobres. Pela Ordem, o Vereador Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS) informou que irá se ausentar brevemente. O Vereador Doutor Manuel Marcos (PSD) destacou a importância do Novembro Azul e a necessidade de chamar atenção para a prevenção dessa doença, que é o segundo câncer que mais mata homens no mundo. Comentou que ontem, vinte e cinco de novembro, foi comemorado o Dia do Doador de Sangue e incentivou esse ato, pois é um gesto de caridade e solidariedade que salva vidas. O Vereador Eduardo Lima (REPUBLICANOS) disse que a votação do orçamento da administração municipal está próxima, e que durante a votação será importante destinar as emendas parlamentares para diversas áreas essenciais de atendimento à população. Informou que não chegaram à Câmara projetos de autoria da Prefeitura que demonstrem ações que justifiquem o envio de emendas impositivas ao município. Relatou que, por esse motivo, a maioria das emendas serão destinadas a iniciativas estaduais e federais. O Vereador Elber Batalha Filho (PSB) reiterou que a defesa do Novembro Azul não deve ser somente um discurso. Advertiu o fato de que as biópsias para detecção do câncer de próstata não estão sendo realizadas pelo serviço de saúde municipal. Destacou que, se cada parlamentar destinar cinquenta mil reais para a realização dessas biópsias, será atingido o valor total de um milhão e duzentos mil reais, o que será suficiente para atender aos cidadãos. Falou sobre o projeto de emenda constitucional, que tem como objetivo proibir a contratação na escala de trabalho seis por um. Refutou alegações de que o fim desse regime de trabalho causaria grandes prejuízos aos empresários, argumentando que, quando foram propostas a abolição do trabalho infantil ou a implementação do décimo terceiro salário, esse mesmo argumento foi utilizado, mas não se mostrou verdadeiro. ***Inscritos do Grande Expediente***, usaram da palavra os Vereadores: Isac (UNIÃO BRASIL) lamentou a não execução de recursos destinados através de emendas parlamentares e a falta de implementação de políticas públicas previstas na lei orçamentária pela atual gestão municipal. Destacou que as emendas são da natureza da atuação do parlamento na formulação do orçamento, e rogou por sabedoria na realização

delas, a fim de que possam sanar problemas como aqueles enfrentados pela saúde municipal. Destacou que o município é responsável pela saúde primária, mas não tomou medidas efetivas a respeito do Novembro Azul, tampouco viu a realização de mutirões pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Noutro tema, salientou que amanhã (vinte e sete) ocorrerá a votação da Lei 4769, que reestrutura a carreira dos servidores municipais, e disse que tem alimentado expectativas de conseguir que o Tribunal de Justiça reconheça a constitucionalidade do normativo, a despeito das tentativas em contrário da gestão de Edvaldo Nogueira. Encerrou pedindo aos Desembargadores do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) que consolidem a vitória dos trabalhadores e a conquista de direitos que lhe são inerentes. Foi aparteado pelos Vereadores Cícero do Santa Maria (PODEMOS) e Sheyla Galba (CIDADANIA). O Vereador José Ailton Nascimento (Paquito de Todos, PODEMOS) agradeceu pelo atendimento a diversas reivindicações que ele fez, a respeito da implantação de revestimento de asfalto fresado em várias localidades do bairro Areia Branca. Ponderou que o asfalto fresado não é o ideal, mas soluciona de forma temporária diversos problemas da população. Noutro ponto, denunciou a situação de abandono do Parque José Rollemberg Leite (Parque da Cidade), a falta de manutenção e segurança no local. Asseverou que o parque conta com diversas entradas, permitindo o acesso de qualquer indivíduo ao “resto de Mata Atlântica” que persiste em Aracaju, não oferecendo segurança sequer aos animais que têm *habitat* no local. Pediu atenção aos governantes àquele “terreno abandonado” sujeito a invasões, e denunciou a possibilidade de avanço por construtoras que atuam nas imediações do parque. Disse que o atual governador já encontrou o Parque da Cidade naquela situação lamentável, que já não tem zoológico, área para prática esportiva ou outro atrativo, e disse que não aconselha a qualquer um a visita, tampouco a um turista. O Vereador Pastor Diego (UNIÃO BRASIL) abordou tema sensível, relativo ao reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em sede de repercussão geral, de que não fere o estado laico a disposição de símbolos religiosos em repartições públicas. Citou trechos do voto do Ministro Flávio Dino, dizendo que diversos municípios brasileiros são nomeados com nome de santos, e que esses aspectos sinalizam o reconhecimento da religiosidade na história e na construção da cultura brasileira. Encerrou o tema ao enfatizar que, após a decisão do STF, não se pode mais

alegar que a disposição de símbolos religiosos ofende a laicidade do estado brasileiro. Noutro ponto, parabenizou a Prefeitura de Aracaju pela decoração do Parque da Sementeira, disse que nunca tinha visto o parque tão lotado, contando com cerca de dez mil visitantes. Apesar de parabenizar, destacou que o grande volume de pessoas denota a necessidade de dispor da presença da guarda municipal e de posto médico, a fim de garantir a segurança dos visitantes. A Vereadora Professora Sônia Meire (PSOL) abordou o início do julgamento, em Tribunal do Júri, dos ex-agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) que são acusados do assassinato de Genivaldo de Jesus Santos, no município de Umbaúba/SE. Alertou que o assassinato é retrato do modelo equivocado de segurança pública, e disse que é retrato também da necessidade de emancipação democrática do país com a garantia de direitos aos seus cidadãos. Enumerou também diversos atos violentos que vêm ocorrendo, como a tentativa de atentado contra um aeroporto e o aquartelamento de cidadãos, todos incompatíveis com a liberdade de expressão ou com a democracia. Salientou que tudo começa já com o assassinato pelos agentes da Polícia Rodoviária Federal, que ocorreu justamente através de uma abordagem que era ensinada pela própria instituição. Disse que é necessária a punição dos mandantes e executores de todos esses atos recentes, assim como os do período ditatorial, e que não pode ser admitida a anistia desses indivíduos. Noutro ponto, apresentou imagens de ato realizado pelo Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher, celebrado em vinte e um de novembro, e ressaltou a importância de atos informativos que passam, necessariamente, pela educação pública. Reafirmou o compromisso dela com o feminismo e o transfeminismo, e sustentou as bases desses movimentos contra o machismo estrutural na sociedade. Encerrou dizendo que tem recebido diversas denúncias, inclusive da Unidade de Saúde da Família Hugo Gurgel, que está sem atendimento odontológico pela falta de equipamentos, e cobrou medidas urgentes, ressaltando a importância do tratamento odontológico para a saúde pública. Decorrido o intervalo regimental, passou-se à **ORDEM DO DIA**: Feita a verificação de quórum, presentes à fase de deliberação das matérias os Vereadores Adriano Taxista (PODEMOS), José Américo dos Santos Silva (Bigode do Santa Maria, PSD), Breno Garibalde (REDE), Camilo Daniel (PT), Cícero do Santa Maria (PODEMOS), Elber Batalha Filho (PSB), Isac (UNIÃO BRASIL), Joaquim da Janelinha (PDT), Pastor Diego (UNIÃO BRASIL), Professor

Bittencourt (PDT), Professora Sônia Meire (PSOL), Ricardo Vasconcelos (PSD), Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB), Sheyla Galba (UNIÃO BRASIL) (quatorze). Ausentes os Vereadores: Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL), Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS), Doutor Manuel Marcos (PSD), Eduardo Lima (REPUBLICANOS), Emília Corrêa (PL), Fabiano Oliveira (PP), José Ailton Nascimento (Paquito de Todos, PODEMOS), Ricardo Marques (CIDADANIA), Alexsandro da Conceição (Soneca, PSD) e Vinícius Porto (PDT) (dez). **Pauta de hoje, vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro.**

Projeto de Decreto Legislativo número 92/2024, de autoria do Vereador Elber Batalha Filho (PSB), submetido à discussão, foi aprovado em votação única.

Projeto de Decreto Legislativo número 93/2024, de autoria do Vereador Adriano Taxista (PODEMOS), submetido à discussão, foi aprovado em votação única.

Projeto de Decreto Legislativo número 95/2024, de autoria do Vereador Adriano Taxista (PODEMOS), submetido à discussão, foi aprovado em votação única.

Projeto de Decreto Legislativo número 96/2024, de autoria do Vereador Adriano Taxista (PODEMOS), submetido à discussão, foi aprovado em votação única.

Projeto de Decreto Legislativo número 98/2024, de autoria do Vereador Eduardo Lima (REPUBLICANOS), submetido à discussão, foi aprovado em votação única.

Projeto de Lei número 84/2024, de autoria do Vereador Aldeilson Soares dos Santos (Binho, PODEMOS), submetido à discussão, foi aprovado em primeira votação.

Projeto de Lei número 190/2024, de autoria do Vereador Isac (UNIÃO BRASIL) Silveira, submetido à discussão, foi aprovado em primeira votação.

Projeto de Lei número 191/2024, de autoria do Vereador Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL), submetido à discussão, foi aprovado em primeira votação.

Projeto de Lei número 221/2024, de autoria do Vereador Doutor Manuel Marcos (PSD), submetido à discussão, foi aprovado em primeira votação.

Requerimento número 389/2024, de autoria do Vereador Ricardo Vasconcelos (PSD), submetido à discussão, foi aprovado em votação única.

Moção número 93/2024, de autoria do Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB), submetida à discussão, foi aprovada em votação única.

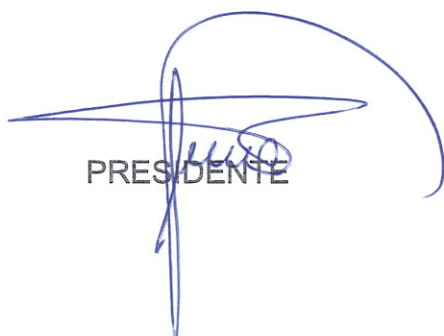
Moção número 94/2024, de autoria do Vereador Anderson de Tuca (UNIÃO BRASIL), submetida à discussão, foi aprovada em votação única.

Moção número 96/2024, de autoria do Vereador Sargento Byron Estrelas do Mar (MDB), submetida à discussão, foi aprovada em votação única.

Pela ordem, a Vereadora Professora Sônia Meire (PSOL) pediu que o projeto

64/2022 seja trazido ao plenário para votação, e informou que trará o projeto de lei que institui o Outubro Branco, mês para reconhecimento ao trabalho dos profissionais de medicina. Pela ordem, o Vereador Pastor Diego (UNIÃO BRASIL) informou que após a sessão será realizada reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Pela ordem, o Vereador Breno Garibaldi (REDE) informou que no dia vinte e nove de novembro, às nove horas da manhã, ocorreu uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe (ALESE) sobre a recente decisão judicial que concedeu ao município de São Cristóvão uma porção do território de Aracaju. E, como nada mais havia a tratar, o Senhor Presidente convocou uma Sessão Ordinária em vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, na hora Regimental, e deu por encerrada a sessão às onze horas e cinquenta minutos. Para constar, lavrou-se esta Ata, que, após aprovada, será assinada pela Mesa Diretora, o inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, integram este documento.

Palácio Graccho Cardoso, vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro.



PRESIDENTE



1º SECRETÁRIO



2º SECRETÁRIO